



ESTADO DE GOIÁS

OFÍCIO MENSAGEM Nº 273/2023/CASA CIVIL

Goiânia, 10 de agosto de 2023.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual Bruno Peixoto  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás  
Palácio Maguito Vilela  
74884-120 Goiânia/GO

**Assunto: Veto total ao Autógrafo de Lei nº 434, de 2023.**

Senhor Presidente,

Reporto-me ao Ofício nº 759/P (SEI nº [49997659](#)), de 30 de junho de 2023, que encaminhou à Governadoria o Autógrafo de Lei nº 434, do dia 29 do mesmo mês e ano. Ele tramitou na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás com o Processo nº 2023001255 (SEI nº [50010053](#)) e na Secretaria de Estado da Casa Civil com o Processo nº [202300013001779](#). Pretendeu-se alterar para Agente de Segurança Socioeducativa a denominação dos cargos de Agente de Segurança Educacional e de Assistente Operacional-Social, do Grupo Ocupacional Assistente Técnico-Social, prevista na Lei nº 15.694, de 6 de junho de 2006. Comunico-lhe que, no uso da competência a mim conferida pelo § 1º do art. 23 da Constituição estadual, decidi vetá-lo totalmente, pelas razões expostas a seguir.

#### RAZÕES DO VETO

Sobre a constitucionalidade e a legalidade da proposta, a Procuradoria-Geral do Estado – PGE, no Despacho nº 1.241/2023/GAB (SEI nº [50047757](#)), indicou o veto jurídico. De acordo com a PGE, há interferência no campo da autonomia constitucional do Governador do Estado. A pretensão parlamentar de alterar e unificar para Agente de Segurança Socioeducativa a denominação dos cargos de Agente de Segurança Educacional e de Assistente Operacional-Social, do Grupo Ocupacional Assistente Técnico-Social, da Lei estadual nº 15.694, de 2006, intervém na reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo. Há clara repercussão no regime jurídico de servidores públicos, sobre o qual cabe ao ente estadual legislar com autonomia, e diz respeito à capacidade de auto-organização, autogoverno, autoadministração e autolegislação. Verifica-se, portanto, inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, nos termos da alínea “c” do inciso II do § 1º do art. 61 da Constituição federal, com a correspondência à alínea “b” do inciso II do § 1º do art. 20 da Constituição do Estado de Goiás.

A PGE também enfatizou que, devido à iniciativa privativa do Chefe do Executivo para dispor sobre a matéria, o Supremo Tribunal Federal – STF constantemente declara a

inconstitucionalidade de leis de iniciativa parlamentar que versam sobre direitos e deveres dos servidores públicos e dos militares. A título de exemplo citam-se os julgamentos proferidos no ARE 1368827 e na ADI 2834.

Consultadas quanto à conveniência e à oportunidade, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDS e a Secretaria de Estado da Administração – SEAD sugeriram o não acolhimento do autógrafo. O titular da SEDS, no Despacho nº 426/2023/SUB-GOVINS/SEDS (SEI nº [50092910](#)) acatou a manifestação conjunta da sua Superintendência de Gestão Integrada, da Superintendência do Sistema Socioeducativo e da Gerência de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas, no Despacho nº 1.758/2023/GEGP/SEDS (SEI nº [50069943](#)).

Houve a informação de que a unificação dos cargos proposta, se for efetivada, acarretará a desproporcionalidade das atividades desenvolvidas pelos servidores na pasta, marcadas pelo caráter plural. Para reforçar essa constatação, foram destacadas as atribuições do Grupo Ocupacional de Assistente Operacional-Social. Inicialmente, estão a formulação e a execução das políticas públicas estaduais para as mulheres e as pessoas com deficiência, a promoção da igualdade racial, a assistência social e de cidadania, o apoio à criança, ao adolescente e ao jovem. Além disso, assomam-se a defesa da diversidade sexual, as atividades para a proteção dos direitos humanos e a articulação pertinente com a União, os estados e os municípios em ações correlatas.

A SEDS salientou que tem resolvidobem as questões das funções e das atividades estabelecidas na Lei nº 15.694, de 2006. Existem a busca da melhor divisão das atribuições de cada cargo e a realização de estudo para a proposição de projeto de lei com o objetivo de alterar as atribuições destinadas a cada cargo que compõe o quadro da pasta. A proposta é fazer as distinções da forma mais clara possível para a devida definição das atividades necessárias à execução de todas as políticas de assistência social que a SEDS desenvolve.

Por fim, foi enfatizado pela SEDS que se pretende unificar no cargo de Agente Socioeducativo os cargos de Agente de Segurança Socioeducativo e de Agente de Segurança Educacional devido à similaridade das funções, que são bem específicas e executadas apenas nas unidades do Sistema Socioeducativo de Goiás. Quanto ao cargo de Assistente Operacional-Social, cujos titulares executam suas atividades no referido sistema e em todas as estruturas administrativas da SEDS, será dada a devida distinção para contemplar todas as áreas e evitar o déficit e o desfalque em atividades importantes e necessárias à pasta, bem como no apoio operacional às unidades do sistema. Dessa forma, para a pasta, a proposta não está alinhada às suas necessidades e representa risco a todas as atividades sociais executadas, em especial as que não estão diretamente relacionadas ao Sistema Socioeducativo de Goiás.

O Secretário da SEAD, no Despacho nº 5.132/2023/GAB (SEI nº [50107618](#)), ratificou o Despacho nº 360/2023/GNCP/SEAD (SEI nº [50034890](#)), de sua Gerência de Normas e Critérios de Produtividade – GNCP e da Superintendência Central de Desenvolvimento Estratégico de Pessoal. A SEAD, em consonância com os pronunciamentos da PGE e da SEDS, advertiu que a proposta, além do vício de iniciativa, se for aprovada, ocasionará o desequilíbrio estrutural de servidores para a atuação nas demais áreas da SEDS. Assim, recomendou que o autógrafo não seja sancionado.

Complementarmente, a SEAD registrou que desenvolve o projeto Repensar Carreiras, com o objetivo de estudar a reorganização da estrutura dos quadros de servidores e a regulamentação de cargos e carreiras públicas do Poder Executivo do Estado de Goiás, para a maior eficiência na prestação dos serviços públicos. O projeto propõe também readequar a nomenclatura dos cargos dos servidores da SEDS para alterar as atribuições destinadas a cada um dos cargos do quadro previsto na Lei nº 15.694, de 2006. O que se quer é detalhar e distinguir todas as atribuições para elucidar as atividades necessárias à execução das políticas públicas de assistência social da SEDS.

Assim, em razão dos pronunciamentos da PGE, da SEDS e da SEAD, decidi vetar totalmente o autógrafo em análise. Fiz isso por meio do despacho dirigido à Secretaria de Estado da Casa Civil, inclusive com a determinação de serem lavradas as razões que ora subscrevo e ofereço a esse Parlamento.

Atenciosamente,

RONALDO CAIADO  
Governador do Estado